



Avaliação da inserção de produtos orgânicos/agroecológicos no PNAE em Laranjeiras do Sul - Paraná

Evaluation of the insertion of organic/agroecological products in the PNAE in Laranjeiras do Sul - Paraná

MARQUES, Ana Beatriz Goes Maia ¹; GIOMBELLI, Giovana Paludo ²; PEREZ-CASSARINO, Julian ³; CORDEIRO, Rafaela ⁴; CAVASINI, José Eduardo ⁵.

¹ UFFS – NEA SSAN Karu-porã, beatriz.goes.maia@gmail.com; ² UFFS – NEA SSAN Karu-porã, gp.giombelli@gmail.com; ³ UFFS – NEA SSAN Karu-porã, julian.cassarino@uffs.edu.br; ⁴ UFFS – NEA SSAN Karu-porã, rafaelacordeirodesousa@gmail.com; ⁵ UFFS – NEA SSAN Karu-porã, joseeduardocavasini@gmail.com.

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE promove o desenvolvimento local com a aquisição dos produtos da agricultura familiar, dando, entre outros aspectos, a preferência por alimentos orgânicos/agroecológicos. Considerando este viés, o estudo visa analisar a efetivação do PNAE sob a ótica dos atores sociais envolvidos na aquisição de alimentos convencionais e ecológicos da agricultura familiar do município de Laranjeiras do Sul - PR. Foram realizadas 5 entrevistas, sendo uma com agricultor familiar (AF), uma nutricionista, a secretaria de educação, a diretora e cozinheira de uma escola do município. As entrevistas foram divididas em categorias e, após a análise, destaca-se a importância da intersetorialidade, onde a atuação conjunta possibilitou que as cooperativas atendessem às exigências das chamadas públicas. O encontro entre o PNAE e AF no município promoveu uma transformação significativa na alimentação escolar permitindo aos escolares acesso a alimentos orgânicos/agroecológicos, sazonais e locais, bem como o fortalecimento da AF local.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Alimentação Escolar; Produção Sustentável.

Keywords: Family farming; School Feeding; Sustainable Production.

Introdução

As aquisições públicas de alimentos da agricultura familiar têm colocado o Estado nas últimas décadas como um forte ator regulatório e com importante papel no reordenamento das cadeias de abastecimento. Neste caso, salienta-se no Brasil o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que a partir da Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece a compra de, no mínimo, 30% de produtos originados da agricultura familiar local, dando preferência à compra de produtos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009). Por sua vez, a Resolução nº 26/2013, atualizada pela Resolução nº 04/2015, possibilitou um avanço significativo no PNAE como promotor do desenvolvimento local, com a aquisição dos produtos da agricultura familiar via chamada pública, tendo, entre outros aspectos, a igual preferência por alimentos orgânicos/agroecológicos.



O Programa demonstrou, por um lado, grande importância como política educacional pelo fato da alimentação ser atividade natural e cotidiana da escola e pela necessidade de se proporcionar o acesso a algum tipo de alimento ao estudante durante sua permanência em sala de aula. Por outro, o PNAE apresenta-se como um provedor do desenvolvimento local, pois implica a reorganização dos poderes constituídos, articulando atores públicos, privados e a sociedade civil, de forma que a política a ser indicada transcenda as clássicas polarizações entre o público e o privado, entre o governo e a sociedade, visando harmonizar a viabilidade financeira com compromissos sociais (REINACH, CORÁ, BONDUKI, 2012).

Considerando-se que a aquisição de alimentos orgânicos/agroecológicos é fator promotor de alimentação saudável e adequada, hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis e do desenvolvimento sustentável regional, pretende-se, assim, na presente pesquisa verificar se a resolução federal está sendo atendida e identificar quais dificuldades ou facilidades existem para a aquisição de produtos orgânicos e/ou agroecológicos na alimentação escolar sob a ótica dos atores sociais do município de Laranjeiras do Sul - PR envolvidos com o Programa. Esta análise faz parte de um projeto mais amplo, ainda em andamento, intitulado “**Avaliação da introdução de alimentos ecológicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar para produção de materiais de formação**”, que está realizando esta mesma pesquisa nas cinco regiões do país, tendo como objetivo contribuir para a ampliação da oferta de alimentos ecológicos no PNAE.

Metodologia

A pesquisa foi executada no município de Laranjeiras do Sul (LDS), Paraná, realizando-se entrevistas semi-estruturadas com os diferentes atores sociais que integram o processo de compras do PNAE, ou seja, agricultore(a)s familiares, nutricionista, secretaria de educação, diretoria e cozinheira de uma escola do município. Assim, foram realizadas 5 entrevistas gravadas com autorização dos depoentes e, para preservar a identidade dos entrevistados foram utilizadas as denominações de ator 1,2,3,4 e 5. Além disso, para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada a análise qualitativa, servindo-se da abordagem de estudo de caso, na qual, segundo Yin (2005) permite ao pesquisador um contato direto com o caso/fenômeno a partir de múltiplos fatores. Quanto à análise das entrevistas foi utilizado o método de análise de conteúdo.

Resultados e Discussão

As entrevistas foram realizadas seguindo quatro eixos para análise: a organização das aquisições da agricultura familiar para o PNAE; cardápio/ hábitos e cultura alimentar/ oferta de produção; logística, burocracia e legislação; e, por fim a aquisição de orgânicos/agroecológicos no município selecionado.



Para o quesito “*Organização das aquisições da agricultura familiar para o PNAE*”, verificou-se que o município de Laranjeiras do Sul possui atualmente uma organização bastante consolidada, porém, para no início de implementação da Lei nº 11.947, o município enfrentou diversas barreiras e logo buscou parceria com a Secretaria da Agricultura para mapear os possíveis agricultores que poderiam vender sua produção. No início da instauração da lei havia uma cooperativa se estabelecendo no município, o que fez com que as Secretarias de Educação e Agricultura buscassem parceria. No primeiro ano, buscava-se somente atender a exigência da lei e as principais dificuldades relatadas eram a insuficiente quantidade produzida, produtos sem rótulo, falta de transporte para realização das entregas e receio por parte dos agricultores no recebimento do pagamento dos alimentos. Com o passar dos anos, a parceria foi se estruturando e hoje a aquisição de alimentos para alimentação escolar é feita prioritariamente via chamada pública, com o intuito de favorecer a participação dos agricultores familiares.

Atualmente, a dificuldade destacada pelos atores entrevistados no processo de aquisição de alimentos se refere a estrutura física das unidades escolares para processamento dos alimentos vindos da agricultura familiar, como retrata as seguintes falas:

“Hoje eu vejo mais dificuldades na nossa estrutura de cozinha, de utensílios, equipamentos para processar melhor, do que com o que está vindo. Equipar melhor nossas cozinhas e até número de funcionários” (Ator 4).

Na esfera “*Cardápio/ hábitos e cultura alimentar/ oferta de produção*” os atores entrevistados relataram que, nos primeiros anos, havia certa resistência por parte das cozinheiras que não queriam os produtos da agricultura familiar por ter características diferenciadas das encontradas no mercado, como destaca o ator 5:

Tiveram muitas dificuldades e nós também tivemos muitas dificuldades com as merendeiras. Porque as merendeiras não queriam receber, às vezes nem era uma recusa dos alunos, era uma recusa das pessoas que estavam lá com hábitos alimentares muito ruins (Ator 5).

Após vários diálogos entre as nutricionistas do município e as cozinheiras, além da realização de encontros proporcionados pela prefeitura entre os agricultores e as cozinheiras, as visões foram sendo modificadas, sobretudo, referente a importância de adquirir estes alimentos:

“Eu até conversei com um agricultor o ano passado, ele falou que ele levantou 4 horas da manhã pra tirar a laranja pra trazer fresquinho pra escola né, pras crianças. Então oh a diferença, né” (Ator 3).

Ressalta-se, ainda, a importância deste diálogo na formulação de cardápios que respeitem os hábitos e cultura alimentar da região, como retrata a seguinte fala:

“Tem duas nutricionistas em Laranjeiras, elas são muito conscientes nessa questão de alimentação, elas priorizam tudo que a gente tem. Por exemplo, essa semana ela conversa com nós para saber o quê nós temos, a partir do



que os agricultores têm. Primeiro elas respeitam que os agricultores estão conseguindo produzir, ela pergunta “o que vocês têm?” E nós já temos uma rotina de conversa” (Ator 5).

No aspecto “*Logística, burocracia e legislação*” os atores entrevistados reiteram que a dificuldade maior foi no início de implementação da lei, pois o setor das licitações não possuía experiência referente ao processo de chamadas públicas. Além disso, as cooperativas também não tinham nítido conhecimento sobre elaboração de projetos e documentos que a prefeitura exigia para compra dos produtos. Com o passar do tempo, todas estas questões foram sendo sanadas através dos diálogos. Em consequência, no ano de 2018, o município chegou a quase 70% dos produtos adquiridos da agricultura familiar.

“Tem algumas coisas que não tem na chamada pública, mas só que na chamada pública nós já ofertamos aquilo que nós queremos entregar, a chamada pública aqui em Laranjeiras, as nutricionistas elas consultam as associações primeiro, “o quê que vocês têm para entregar?”. Daí nós fazemos uma lista do que nós temos para entregar e do que nós queremos produzir naquele ano e nós já produzimos com base naquilo” (Ator 5).

Na última categoria de análise “*Aquisição de orgânicos/agroecológicos*” destaca-se que o município de LDS prevê em sua chamada pública a compra de produtos orgânicos/agroecológicos. Duas cooperativas realizaram a entrega de produtos orgânicos/agroecológicos na chamada pública de 2018, sendo, em maioria, frutas, verduras e tubérculos.

Cabe ressaltar que todas as falas dos entrevistados retratam a importância do município em adquirir produtos orgânicos/agroecológicos, demonstrando preocupação por um consumo de alimentos com qualidade nutricional e saudáveis.

Principalmente porque você está tratando uma faixa etária de maior vulnerabilidade. Crianças com o processo de introdução alimentar [...] Então a primeira infância a gente sabe da importância de todos os estímulos, inclusive da introdução alimentar que acontece dentro das nossas unidades. Então você ter condição de introduzir alimentação orgânica para essas crianças, mesmo que em número de alimentos é em pequena quantidade ainda. E crescendo isso, só vai trazer benefícios (Ator 4).

Nas quatro categorias de análise destacam-se a intersectorialidade, na qual possibilitou que as cooperativas atendessem às exigências das chamadas públicas e o município pudesse adquirir mais produtos. Mossmann e Teo (2017) destacam a importância da ação conjunta no intuito de estimular o desenvolvimento local e a dinamização da economia local. Por outro lado, destacou-se a falta de incentivo técnico e baixa inserção de jovens na produção orgânica/agroecológica, se tornando um empecilho para a ampliação da produção e comercialização. Estudos como de Triches, Shabarum e Giombelli (2016) apontaram a necessidade de escolas técnicas que formem jovens na área de orgânicos/agroecológicos.



Conclusões

O presente estudo apontou que o encontro entre o PNAE e AF no município de LDS promoveu uma transformação significativa na alimentação escolar permitindo aos escolares acesso a alimentos orgânicos/agroecológicos, sazonais e locais, bem como o fortalecimento da AF local. Destacou-se que a proximidade com a realidade local fortaleceu os elos entre os diversos atores envolvidos no Programa e, assim, assegurou uma aquisição de produtos, um cardápio e uma alimentação que respeite a regionalidade e a segurança alimentar e nutricional. Assim, o envolvimento dos atores sociais (cozinheira, direção da escola, nutricionista, cooperativas) demonstrou a importância das práticas intersetoriais, as quais favoreceram para que o município de LDS, ao longo dos dez anos da Lei nº 11.947/2009, conseguisse efetivar de forma exitosa a Lei.

Agradecimentos

Ao FNDE pelo financiamento desta pesquisa.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/leis/item/3345-lei-n%C2%BA-11947-de-16-de-junho-de-2009>> Acesso em 01 de maio. de 2019.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17 DE JUNHO DE 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>> Acesso em 01 de maio de 2019.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE ABRIL DE 2015.** Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/https___mail.mda_.gov_.pdf> Acesso em 01 de maio de 2019.

MOSSMANN, M.P.; TEO, C.R.P.A. Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 2, p. 31-43, abr./jun. 2017.
REINACH, S.; CORA, M.A.J.; BONDUKI, M. **A inclusão da agricultura familiar nas chamadas públicas para compra de alimentos.** 2012.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



TRICHES, R.M.; SCHABARUM, J.C.; GIOMBELLI, G.P. Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. REVISTA NERA – ANO 19, Nº. 31 – MAIO/AGOSTO DE 2016 – ISSN: 1806-6755. PP 91-110.